

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Tribunal de Contas Europeu tem como missão contribuir para a melhoria da gestão das finanças públicas da União Europeia, promover a prestação de contas e a transparência, e agir como guardião independente dos interesses financeiros dos cidadãos da União.

Na sua qualidade de auditor externo da União, a função do Tribunal de Contas Europeu é verificar se os fundos da União Europeia são corretamente contabilizados, cobrados e despendidos em conformidade com os princípios relevantes de economia, eficiência e eficácia.

Tendo em conta que a Europa enfrenta desafios cada vez maiores e uma pressão crescente sobre as suas finanças públicas, o papel do Tribunal de Contas Europeu adquire, ainda, maior relevância.

O Tribunal de Contas Europeu alerta para os riscos, fornece garantias e presta aconselhamento aos decisores políticos da UE sobre como melhorar a gestão das finanças públicas e garantir que os cidadãos europeus sabem de que forma o seu dinheiro é utilizado.

Esta é, pois, a essência da contribuição do Tribunal de Contas Europeu para o reforço da legitimidade e da sustentabilidade democráticas da União Europeia.

Ora, Portugal está há quase dois anos ausente do exercício destas funções.

Ou seja, há quase dois anos que o Governo permite, incompreensivelmente, que Portugal seja representado por uma cadeira vazia no Tribunal de Contas Europeu.

Portanto, há quase dois anos que o Governo parece ignorar, lamentavelmente, o cargo de juiz português no Tribunal de Contas Europeu.

Curiosamente e em contradição com esta postura de inação, o Governo *defende, que uma das prioridades no âmbito dos Assuntos Europeus é corrigir o défice de funcionários portugueses nas instituições europeias.*

E refere, neste contexto, que está a trabalhar numa *Estratégia Nacional de reforço da presença de portugueses nas instituições europeias*, sublinhando, mesmo, que o Governo *olha de frente*

*para um problema que precisa de resposta urgente.*

Assim, e nesta sequência, constatamos, com preocupação, que dos 27 lugares que existem no Tribunal de Contas Europeu para a representação dos Estados-Membros, há um lugar vazio. Esse lugar pertence a Portugal. O que é, no mínimo, lamentável.

Há quase dois anos, portanto, que Portugal está sem essa representação numa das mais importantes instituições europeias, num momento em que existem tantas queixas de que há poucos representantes portugueses nestas mesmas instituições. Não se entende esta inação, este desinteresse, por parte do Governo.

É um dado adquirido:

Portugal tem direito a este lugar.

Portugal tem direito a ter um juiz no Tribunal de Contas Europeu.

Portugal tem direito a estar representado no Tribunal de Contas Europeu como qualquer outro Estado-Membro.

Este é um alto cargo europeu que pertence a um português e que deveria estar preenchido há quase dois anos.

Não temos quaisquer dúvidas que o seu não preenchimento fragiliza a presença de Portugal nas instituições europeias.

Esta, não é, portanto, uma situação normal.

E mais,

O Tribunal de Contas Europeu teve já um Presidente português. Vítor Caldeira.

Em três mandatos consecutivos.

Que foi, por acaso, posteriormente, presidente do Tribunal de Contas português.

Que foi, por acaso, informado, pelo Primeiro-Ministro António Costa da sua não recondução no cargo depois de ter criticado a proposta do Governo para agilizar a contratação pública numa altura em que o país se preparava para receber mais fundos europeus.

É, pois, nosso entendimento que esta inação do Governo demonstra um incompreensível desrespeito por uma das mais importantes instituições europeias e conseqüentemente total desrespeito por uma representação de Portugal, que muito nos deveria honrar, e que nos prestigia a todos, enquanto portugueses e enquanto europeus.

Deste modo,

Atendendo ao exposto e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD vem, por este meio, dirigir ao Senhor Primeiro-Ministro, através de Vossa Excelência, as seguintes perguntas:

1 – Quais os motivos que levam o Governo a não ter iniciado, ainda, o processo de candidatura ao cargo de juiz português para o Tribunal de Contas Europeu, cujo lugar está por preencher há quase dois anos?

2 – Neste contexto, como considera que fica a credibilidade de Portugal junto das instituições europeias?

Palácio de São Bento, 16 de dezembro de 2022

Deputado(a)s

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

PAULO MONIZ(PSD)

SÉRGIO MARQUES(PSD)

RICARDO SOUSA(PSD)

ISABEL MEIRELES(PSD)

TIAGO MOREIRA DE SÁ(PSD)

MARIA EMÍLIA APOLINÁRIO(PSD)

PAULO RAMALHO(PSD)